

## A PERSPECTIVA HISTÓRICO-CRÍTICA NA PESQUISA SOCIAL<sup>1</sup>

Maisa Miralva da Silva<sup>2</sup>

[maisasilva@uol.com.br](mailto:maisasilva@uol.com.br)

### RESUMO

Este texto aborda a polêmica acerca da contemporaneidade ou crise dos paradigmas clássicos nas ciências sociais e suas distintas orientações teóricas que fundamentam a leitura da realidade. Esse debate é intrínseco tanto à investigação científica quanto à intervenção profissional com a busca ou negação de uma postura crítica, assim como a historicidade do social e a de mudança ou afirmação do *status quo*, por meio do exercício da investigação na pesquisas social e na prática profissional. A convicção firmada é a de que, seja na construção do conhecimento científico pelas ciências sociais, seja como referencial de uma prática ético-política emancipatória, a teoria social crítica é a única capaz de estabelecer as interrogações relacionadas às contradições fundamentais entre o capitalismo e a democracia, sob o liberalismo, apreendendo o real concreto e a verdade, em essência, para além da aparência, que estes antagonismos encerram na estrutura da vida.

### INTRODUÇÃO

“Todo começo é difícil; isso vale para qualquer ciência [...]. Toda ciência seria supérflua, se a aparência exterior e a essência das coisas coincidissem diretamente.” (Marx)

---

<sup>1</sup> Trabalho desenvolvido com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/Brasil).

<sup>2</sup> Assistente Social da Universidade Federal de Goiás (Goiânia – Goiás – Brasil). Doutoranda em Política Social na Universidade de Brasília – UnB (Brasil).

A divisão social da riqueza no mundo, dentro do sistema capitalista, por ser intensamente desigual, gera antagonismos e contradições tanto nas condições materiais de vida quanto nas concepções filosóficas e políticas, historicamente instituídas e que “representam, antes de tudo, as aspirações de determinados grupos ou classes de uma sociedade” (Basbaum,1978:101).

Ao longo da história da humanidade, o estudo, a compreensão e a explicação da realidade guardam grandes disputas e controvérsias. E estão polarizadas basicamente em duas correntes de pensamento: materialismo e idealismo. Não obstante se apresentem sob várias denominações e influências características de cada contexto histórico são sobre essas duas modalidades de pensamento que o mundo vem sendo tanto compreendido como explicado.

Nas antigas comunidades primitivas de caçadores e pastores, de posse comum da terra e da ausência de propriedade privada e, portanto, de classes, o pensamento humano não se voltava para a abstração epistemológica, para a especulação pura sobre os problemas do ser. Seus pensamentos não giravam em função de qualquer preocupação espiritual, mas em função de suas necessidades imediatas e práticas de alimentação, reprodução e luta contra os outros animais. Eram, pois, materialistas. Muito posteriormente, quando a terra foi dividida e as classes apareceram, uma das quais podia dispor de horas de ócio e lazer sem as preocupações imediatas da luta pela vida, é que apareceram as primeiras concepções idealistas (Basbaum,1978:103). Dessa forma, o idealismo, descolado de um significado de luta pela vida, cresceu como doutrina filosófica ligada inicialmente aos interesses de dominação religiosa – escolástica, sustentando os interesses do feudalismo e tornando-se mais tarde o maior aliado da perpetuação do poder burguês. Esse poder, embora tenha se formado sob movimentos revolucionários e com a doutrina materialista, se fez dominante pelo idealismo. As duas doutrinas referidas sofreram variações em seus sentidos históricos; mas, ao contrário do materialismo, o idealismo nunca foi senão conservador, partidário e partícipe dos interesses da burguesia.

A partir do desenvolvimento da indústria e conseqüentes transformações nas relações de produção, o patrão e o operário foram viver cada qual para seu lado, com idéias, aspirações e interesses diversos. Assim, também o materialismo se dividiu. De um lado, interpretava as aspirações e insatisfações do proletariado, visando transformação social e

política com distribuição de riqueza e uma nova ordem social, e, de outro, tornou-se conservador, defendendo estritamente a sociedade burguesa.

Nesse ambiente histórico tem origem o materialismo dialético, ligado às lutas e aspirações de uma classe – o proletariado - que buscava uma explicação de mundo condizente com suas pretensões econômicas e sociais.

E assim se desenvolveu a história do pensamento, dividida e controvertida tendo sempre como questão de fundo os interesses de mudança ou manutenção da realidade social, a favor ou contrária a determinada classe social.

No contexto histórico e mundial de mudanças do capitalismo, sobretudo a partir dos anos 1970, na dinâmica do enfrentamento de uma de suas crises e no contexto da globalização, desencadeia-se um embate teórico no âmbito do pensamento clássico e no interior das ciências sociais, identificada como a crise dos paradigmas. Essa intitulada crise vem debitando do materialismo dialético e creditando às teorias de inspiração pós-modernas, sob o argumento de que esses paradigmas clássicos seriam insuficientes para fazer face às urgências de reconstrução social. A adoção dessa nova epistemologia supõe a possibilidade de conhecimento apenas em microestruturas, em micro-situações, preconizando-se o abandono de uma interpretação abrangente, do todo e da historicidade do real.

Em vista disso indaga-se: ante a propalada obsolescência do pensamento clássico, é realmente chegado o fim do materialismo dialético como um paradigma capaz de responder às necessidades do desenvolvimento da pesquisa social crítica na contemporaneidade?

Essa é a questão que se coloca para reflexão nesse texto, cuja resposta será iniciada na perspectiva da crítica teórica ante o desenvolvimento de uma pesquisa social, sobretudo no âmbito do Serviço Social. Profissão que tem o compromisso ético e moral de tomar a investigação social como uma possibilidade de construção do conhecimento da realidade, tanto no que se refere às políticas sociais, quanto do ponto de vista da premente e vultosa transformação societária que tanto carece o mundo, em especial, sua parte periférica.

O suposto aqui adotado é que a filiação teórica em um determinado paradigma na pesquisa social revela, de um lado, a concepção de mundo do pesquisador, e, de outro, aliado a esta, uma opção política e científico-metodológica ante a mudança ou confirmação da atual ordem social.

## OS PARADIGMAS E O DESAFIO DE COMPREENDER/EXPLICAR E TRANSFORMAR A REALIDADE SOCIAL

Paradigma é uma teoria explicativa de um fenômeno, de uma realidade, que é aceito, adotado e reproduzido na sociedade e no meio acadêmico. É uma crença, explicação feita a partir da ciência, da pesquisa, da comprovação. Deve contribuir para definir o problema e propor uma solução (KUHN, 2000). De acordo com Ianni (1990:97), “[...] a noção de paradigma compreende uma teoria básica, uma fórmula epistemológica geral, um modo concreto de interpretar ou um princípio explicativo fundamental”.

Em vista disso, sobre os paradigmas - clássicos e contemporâneos – há históricos embates e conhecida controvérsia, em geral, relacionados à questão da historicidade da realidade social, da relação passado presente, parte e todo, ontologia e práxis. E quando se trata de compreender ou explicar a realidade social, o contraponto passado e presente é essencial, isto é, a historicidade do social, pois a realidade é um objeto em movimento (Ianni, 1990) Trata-se de captar o momento atual sem perder o movimento do real.

A realidade social do mundo capitalismo, sobretudo nas duas últimas décadas<sup>3</sup>, impõe complexos desafios à investigação científica acerca da chamada *questão social*, tanto no âmbito de suas configurações (reafirmadas e ampliadas) como no enfrentamento de suas manifestações por meio de políticas sociais. É como assinala Ianni (1990:98), a realidade social “desafia todo o tempo o pensamento, como algo conhecido e incógnito, transparente e opaco. Estava no passado e está no presente, mesmo e diferente”.

No processo de conhecimento da realidade, a aparência é o ponto de partida, é parte da realidade, mas não é o todo. É a realidade ainda não desocultada, ainda não desvelada, não é a essência. O positivismo como método de análise que se contrapõe ao materialismo dialético, possibilita apreender as propriedades do fenômeno, nele mesmo, sem estabelecer a relação com outros fenômenos. Por isso, não possibilita ultrapassar a imediatez.

Essa teoria – o positivismo – nas palavras de August Comte, “[...] tende poderosamente, por sua índole, a consolidar a ordem pública com o desenvolvimento de

---

<sup>3</sup> Nessas últimas décadas, todas as características do capitalismo se intensificaram, entre elas a desigualdade entre países ricos e pobres. Nas palavras de Boron, a “consolidação dos monopólios, o aumento da polarização social (não apenas nos capitalisms da periferia, mas também nos centros metropolitanos), a universalização do fenômeno da pobreza, da degradação do trabalho humano e do meio ambiente, o ressurgimento do racismo e a crescente desigualdade internacional que abre um abismo entre os países industrializados e as nações que compõem 80% da população mundial [...]” (2001:21/22).

uma sábia resignação...” (1908:100, *apud* Boron,2001:375). Complementa Boron: “o positivismo cumpria a função ideológica de ‘naturalizar’ a desigualdade social e a exploração do homem pelo homem” (Boron,2001:376).

O positivismo contemporâneo vem crescendo na capacidade de iludir as pessoas com seu pseudo-caráter científico e objetividade. Kopnin, (1972:147), citando Jivotich, afirma que essa corrente de pensamento

orienta-se contra todas as especulações teóricas no sentido de que busca uma verdade concreta que nada tenha de crítico em relação à ordem vigente e à estrutura do mundo real. O positivismo procura uma verdade ‘sem premissas metafísicas’, nega toda e qualquer busca daquilo que pode ser tomado como fato e explica a verdade como adaptação ao estado de coisas dado.

Sobre a diferença entre o marxismo e uma das variações do positivismo, o denominado neopositivismo moderno, Kopnin (1972:123) afirma que essa diferença reside precisamente na compreensão do conhecimento como um processo histórico-social, do papel da prática nesse conhecimento, da linguagem como consciência real e como meio de comunicação que surge no processo da vida social.

O positivismo, como corrente da filosofia burguesa, limita-se a uma visão fenomênica da realidade, não ultrapassa a aparência, tampouco estabelece uma postura crítica ante o real. E o “mundo não tem que ser concebido como um complexo de coisas acabadas, mas como um complexo de processos” (Engels, *apud* Wetter, 1973), o que significa que tudo se relaciona, se transforma e está em constante movimento. A ciência deve decompor os fatos, as estruturas para se chegar à essência. Para tanto, é imprescindível uma reconstrução teórica da totalidade sócio-histórica.

Nesse sentido, a realidade social impõe a necessidade de processos de conhecimento capazes de contribuir com busca e construção dessa totalidade, permeada e constituída por contradições.

Na perspectiva crítica, a pesquisa social nega o finalismo, ou seja, o fatalismo e a conformação. A palavra crítica é aqui compreendida como a busca da verdade, determinado pela realidade. É, portanto, a busca da verdade que confronta teoria e realidade. De acordo com Montañó (2006:145), “o objetivo da crítica é a fiel reprodução teórica da realidade; a verdade, que existe na realidade material e deve ser corretamente refletida na teoria”.

A análise dialética é sempre uma análise crítica. Procura-se, nesse paradigma teórico, desvendar no objeto dimensões que não são visíveis, que não são dadas. A realidade, os fatos, os acontecimentos precisam ser desvelados na sua essência, entre parte e todo, singular e universal. Nesse sentido, a perspectiva crítica questiona e ultrapassa as manifestações imediatas.

No processo de construção do conhecimento pela pesquisa social é preciso considerar aparência e essência, parte e todo, singular e universal, qualidade e quantidade, sincrônico e diacrônico, histórico e lógico, passado e presente, sujeito e objeto, teoria e prática. Do contrário, a ciência social estaria de costas tanto para a crítica do que existe, quanto para a possibilidade de contribuir para a busca de uma nova civilidade, que responda às necessidades do conjunto da humanidade, hoje barbarizada, pela falta de acesso igualitário à riqueza socialmente produzida e pela negação de direitos fundamentais para uma vida digna. Por isso, é preciso e urgente perseguir a verdade no sentido ontológico e gnosiológico pela ciência social, no mundo objetivo mesmo.

E essa verdade está na matéria, na causa do fenômeno, no seu passado, portanto, possível de desvelar. Nesse sentido, Basbaum afirma: “toda verdade é ao mesmo tempo absoluta e relativa. A verdade não pré-existe, ela é elaborada dia-a-dia” (1978:66).

O método materialista dialético criado por Marx e Engels, ou método marxista, como é chamado, é um método essencialmente histórico. Para Marx, a realidade social é o processo de transformação inerente a um determinado conjunto de relações. O processo de transformação social não é mecânico, mas produto da atividade humana, historicamente determinada. Aceitar essa posição leva a uma abordagem histórica consistente e crítica tanto na pesquisa social como na interpretação de qualquer forma de organização social (Sweezy:1983).

De acordo com Sweezy (1983), o método marxista consiste em interpretar de forma coerente os acontecimentos contemporâneos num contexto histórico mundial. Os grandes acontecimentos históricos estão geralmente ligados a um sistema social como um todo. E a ação humana é em si responsável pelas modificações que o sistema está sofrendo e sofrerá. Por isso, (...) “uma atitude crítica não é só intelectualmente possível como moralmente significativo” (Sweezy,1983:30).

A realidade impõe a necessidade de conhecer e explicar a sua historicidade, os seus contrapontos entre presente e passado, a fim de se estabelecer possibilidades de mudá-la, na produção e reprodução da vida social, pelos nexos entre a parte e o todo, o singular e o universal, tomando a verdade como uma unidade relativa e absoluta, baseada no desenvolvimento da prática histórico-social.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em tempos de declínio da perspectiva histórica nas ciências sociais e da (re) afirmação de explicações a partir de teorias circunscritas ao próprio fenômeno, em que se nega a contribuição do pensamento clássico, é preciso reafirmar que toda a realidade, constituída na história da humanidade e nas suas relações de produção, só é possível ser desvelada, com a busca da verdade, a partir de uma perspectiva crítica, científica, histórica e relacionada com a totalidade social. Do contrário, o que se estará fazendo na ciência é o mimetismo.

Além disso, a realidade exige que o cientista estabeleça um objetivo social para cumprir suas funções no conhecimento, devendo, para isso, ter consciência de si mesmo, conceber as leis universais do desenvolvimento da natureza e da sociedade, compreender o seu lugar no sistema das relações sociais vigentes e, nesse sentido, ter seus ideais como homem e cientista (Kopnin, 1972: 178/179).

O esforço de um exercício permanente da crítica deve assemelhar-se ao de

um olhar que procura voltar-se para a realidade no sentido de vê-la com clareza, profundidade e abrangência. *Ver claro*, para evitar os elementos que prejudicam nosso olhar, evitar as armadilhas que se acham instaladas em nós e em torno de nós, nas situações que vivenciamos. *Ver fundo*, não se contentando com a superficialidade, com as aparências. A atitude crítica é uma atitude radical, não no sentido de ser extremista, mas de ir às raízes, buscar os fundamentos do que se investiga. *Ver largo*, na totalidade, o que implica procurar verificar o objeto no contexto do qual se insere, com os elementos que o determinam e os diversos ângulos sob os quais se apresenta (Rios, 1998:111/112).

Buscar a verdade, presente não na aparência, mas na essência dos fatos/fenômenos da realidade é o sentido da construção do conhecimento pela pesquisa social. E o paradigma que pode contribuir com esse propósito é, ainda, somente o clássico

materialismo dialético por todas as suas características de um método que responde às necessidades de apreensão do real e suas verdades.

Entretanto, a perspectiva crítica na compreensão/explicação e busca de mudança da realidade exige a radicalidade de tomar a historicidade como princípio de relação entre passado/presente e futuro. O sentido, portanto, da construção do conhecimento, pelo processo histórico-social, é o compromisso e o papel da prática nesse conhecimento no processo da vida social. Sentido que se renova nas contradições da riqueza e pobreza, ante a desigualdade que se aprofunda e ante a dramática condição humana e planetária.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BASBAUM, Leôncio. Sociologia do materialismo: introdução á história da filosofia. São Paulo: Símbolo, 1978.
- BORON, Atílio. A Coruja de Minerva – mercado contra a democracia no capitalismo contemporâneo. Trad. Ana Carla Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- IANNI, Octavio. A crise de paradigmas na sociologia. RBCS Nº 13, Ano 5. Junho de 1990.
- . Construção de Categorias. Transcrição de aula dada no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC/SP, 1º semestre de 1986.
- KOPNIN, P.V. Fundamentos lógicos da ciência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- KUHN, Thomas. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- MANN. Peter H. Métodos de Investigação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- MONTAÑO, Carlos. Um projeto para o serviço social crítico. Katálisis, v.9 n.2, jul/dez, 2006. UFSC, Florianópolis – SC: 141-157.
- RIOS, Terezinha Azeredo. Avaliar: ver mais claro para caminhar mais longe. In: Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. Elizabeth Melo Rico (Org.) São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1998.
- SWEEZY, Paul. Teoria do Desenvolvimento Capitalista. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- WETTER, Gustav. Materialismo Dialético. Marxismo y Democracia, série Filosofia 4. Ediciones Rioduero, 1973.